



Ilópolis

TAM S.A. e TAM S.A. e suas controladas | CNPJ 01.832.635/0001-18

Demonstrações Financeiras 2012

## Relatório da Administração 2012

**Senhores Acionistas:**  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Tam S.A. e Tam S.A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.  
São Paulo, março de 2013  
A Diretoria

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora	
		2012	2011
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa.....	6	150	1.029
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	4.2	5.289	330.125
Dividendos a receber.....	11	15.226	187.926
Tributos a recuperar.....		2.593	2.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		37.840	40.570
Demais contas a receber.....		440	212
		<u>61.538</u>	<u>562.455</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	25	74.874	29.975
Partes relacionadas.....	11	182	4.618
Depósitos judiciais.....		909	547
Investimentos.....	17	376.651	1.653.711
Imobilizado.....		123	96
		<u>452.739</u>	<u>1.688.947</u>
<b>Total do ativo.....</b>		<u><b>514.277</b></u>	<u><b>2.251.402</b></u>

	Nota	Controladora	
		2012	2011
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores.....		243	492
Passivos financeiros.....	20	-	174.650
Salários e encargos sociais.....		6.154	3.862
Receita diferida.....		6	-
Impostos e tarifas a recolher.....		15.858	14.555
Dividendos a pagar.....		861	864
Partes relacionadas.....	11	1.410	-
Demais contas a pagar.....		70	27
		<u>24.602</u>	<u>194.450</u>
<b>Não circulante</b>			
Provisões.....		287	120
Partes relacionadas.....	11	-	4.015
		<u>287</u>	<u>4.135</u>
<b>Total do passivo.....</b>		<u><b>24.889</b></u>	<u><b>198.585</b></u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social.....	26	830.768	819.892
Reservas de capital.....		147.771	140.414
Reserva de lucros/Prejuízos acumulados.....		(1.054.551)	530.020
Ajuste de avaliação patrimonial.....		565.400	562.491
		<u>489.388</u>	<u>2.052.817</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<u><b>514.277</b></u>	<u><b>2.251.402</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado	
		2012	2011
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa.....	6	654.553	650.081
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	4.2	897.428	1.684.932
Ativos financeiros mantidos até o vencimento.....	7	150.426	-
Contas a receber.....	8	1.545.318	1.819.011
Estoque.....	9	262.419	212.609
Tributos a recuperar.....	10	114.680	421.008
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		117.494	72.948
Depósitos em garantia.....	15	47.210	-
Pré-pagamento de manutenção.....	16	251.962	-
Despesas do exercício seguinte.....		210.876	121.978
Partes relacionadas.....	11	71.780	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	3.315	27.222
Demais contas a receber.....	12	86.097	85.397
		<u>4.413.558</u>	<u>5.095.186</u>
Ativos não circulante disponíveis para venda.....	14	18.221	21.474
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito.....		59.965	93.824
Ativos financeiros - depósito bancário.....		-	138.009
Partes relacionadas.....	11	70.715	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	25	542.626	48.517
Depósitos em garantia.....	15	35.077	57.014
Pré-pagamento de manutenção.....	16	301.006	547.862
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	2.286	8.627
Demais contas a receber.....	12	38.272	46.771
Investimentos.....	17	4.369	-
Imobilizado.....	18	9.132.284	9.317.951
Intangível.....	19	599.126	609.994
		<u>10.785.726</u>	<u>10.868.569</u>
<b>Total do ativo.....</b>		<u><b>15.217.505</b></u>	<u><b>15.985.229</b></u>

	Nota	Consolidado	
		2012	2011
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores.....		840.872	645.680
Passivos financeiros.....	20	2.250.932	1.998.000
Salários e encargos sociais.....		499.950	473.088
Receita diferida.....	21	1.472.144	1.472.055
Impostos e tarifas a recolher.....		450.573	367.279
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....		861	18.418
Partes relacionadas.....	11	93.701	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	48.772	27.328
Programa de recuperação fiscal.....	22	39.206	46.924
Demais contas a pagar.....	23	349.914	197.444
		<u>6.511.925</u>	<u>5.246.126</u>
<b>Não circulante</b>			
Passivos financeiros.....	20	6.665.761	7.166.656
Instrumentos financeiros derivativos.....	13	13.267	43.935
Receita diferida.....	21	188.422	207.803
Provisões.....	24	273.055	271.119
Programa de recuperação fiscal.....	22	423.186	436.394
Impostos e tarifas a recolher.....		-	3.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	25	-	45.206
Demais contas a pagar.....	23	609.412	440.061
		<u>8.173.103</u>	<u>8.614.983</u>
<b>Total do passivo.....</b>		<u><b>14.685.028</b></u>	<u><b>13.861.109</b></u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social.....	26	830.768	819.892
Reservas de capital.....		147.771	140.414
Reserva de lucros/Prejuízos acumulados.....		(1.054.551)	530.020
Ajuste de avaliação patrimonial.....		565.400	562.491
		<u>489.388</u>	<u>2.052.817</u>
Participação dos acionistas não controladores.....		43.089	71.303
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>		<u><b>532.477</b></u>	<u><b>2.124.120</b></u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<u><b>15.217.505</b></u>	<u><b>15.985.229</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita</b>	31	-	-	13.695.589	12.994.486
Custos e despesas operacionais.....	32	(160.094)	(43.992)	(14.333.979)	(12.017.429)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas.....		(1.144.263)	(290.846)	(2.203)	-
<b>Lucro (Prejuízo) operacional antes das variações do valor justo de derivativos de combustível.....</b>		<u><b>(1.304.357)</b></u>	<u><b>(334.838)</b></u>	<u><b>(640.593)</b></u>	<u><b>977.057</b></u>
Variações do valor justo de derivativos de combustível.....		-	-	(31.018)	40.828
<b>Lucro (prejuízo) operacional.....</b>		<u><b>(1.304.357)</b></u>	<u><b>(334.838)</b></u>	<u><b>(671.611)</b></u>	<u><b>1.017.885</b></u>
Receitas financeiras.....	34	22.668	31.354	2.281.365	2.941.572
Despesas financeiras.....	34	(8.351)	(46.024)	(3.235.878)	(4.135.770)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.....	4.1.1 (d)	-	-	17.715	(6.584)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u><b>(1.290.040)</b></u>	<u><b>(349.508)</b></u>	<u><b>(1.608.409)</b></u>	<u><b>(182.897)</b></u>
Imposto de renda e contribuição social.....	25 (a)	44.899	14.444	424.277	(78.616)
<b>Prejuízo do exercício.....</b>		<u><b>(1.245.141)</b></u>	<u><b>(335.064)</b></u>	<u><b>(1.184.132)</b></u>	<u><b>(261.513)</b></u>
<b>Atribuído aos</b>					
Acionistas da TAM S.A.....		-	-	(1.245.141)	(335.064)
Acionistas não controladores.....		-	-	61.009	73.551

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Prejuízo do exercício.....		(1.245.141)	(335.064)	(1.184.132)	(261.513)
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho na conversão de investimentos no exterior.....		6.685	2.265	7.038	2.385
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes.....		(73)	(39.141)	(298)	(53.515)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado.....		(3.572)	1.229	(4.896)	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferido.....		1.239	12.890	1.766	17.624
		(2.406)	(25.022)	(3.428)	(34.211)
<b>Total de outros componentes do resultado abrangente.....</b>		<u><b>4.279</b></u>	<u><b>(22.757)</b></u>	<u><b>3.610</b></u>	<u><b>(31.826)</b></u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício.....</b>		<u><b>(1.240.862)</b></u>	<u><b>(357.821)</b></u>	<u><b>(1.180.522)</b></u>	<u><b>(293.339)</b></u>
<b>Atribuído aos:</b>					
Acionistas da TAM S.A.....		-	-	(1.240.862)	(357.821)
Acionistas não controladores.....		-	-	60.340	64.482

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Prejuízo do exercício.....		(1.245.141)	(335.064)	(1.245.141)	(335.064)
<b>Ajustes do resultado</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25).....		(44.899)	-	(44.899)	(14.444)
Depreciações e amortizações.....		18	1	18	1
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos.....		4.741	31.445	4.741	31.445
Resultado da equivalência patrimonial.....		1.144.263	290.846	1.144.263	290.846
Provisões para contingências.....		168	90	168	90
<b>Variações do capital circulante</b>					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....		324.836	(204.220)	324.836	(204.220)
Tributos a recuperar.....		306	(291)	306	(291)
Depósitos judiciais.....		(362)	(373)	(362)	(373)
Partes relacionadas.....		1.637	(8.956)	1.637	(8.956)
Demais contas a receber.....		(229)	131	(229)	131
Fornecedores.....		(249)	470	(249)	470
Salários e encargos sociais.....		2.292	1.014	2.292	1.014
Impostos e tarifas a recolher.....		1.303	2.519	1.303	2.519
Receita diferida.....		6	-	6	-
Demais contas a pagar.....		40	(5)	40	(5)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações.....</b>		<u><b>188.730</b></u>	<u><b>(236.837)</b></u>	<u><b>188.730</b></u>	<u><b>(236.837)</b></u>
Juros pagos.....		(12.727)	(37.920)	(12.727)	(37.920)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais.....</b>		<u><b>176.003</b></u>	<u><b>(274.757)</b></u>	<u><b>176.003</b></u>	<u><b>(274.757)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aumento de capital - TAM S.A.....		10.876	-	10.876	-
Alienação de ações da Multiplus - exercício de opções.....		6.034	-	6.034	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.....		(112.000)	-	(112.000)	-
Redução de capital - Multiplus.....		-	439.030	-	439.030
Aquisição de ações em tesouraria.....		(1.879)	-	(1.879)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido.....		423.282	69.329	423.282	69.329
Aquisição de imobilizado.....		(39)	(96)	(39)	(96)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos.....</b>		<u><b>328.153</b></u>	<u><b>506.384</b></u>	<u><b>328.153</b></u>	<u><b>506.384</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Alienação de ações da TAM S.A. - exercício de opções.....		6.349	3.616	6.349	3.616
Cancelamento de ações em circulação - TAM S.A.....		(344.717)	-	(344.717)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores da TAM S.A. (Nota 26 (c)).....		-	(181.460)	-	(181.460)
Empréstimos de curto e longo prazo - captação.....		-	101.429	-	101.429
Empréstimos de curto e longo prazo - pagamentos.....		(358.075)	(148.973)	(358.075)	(148.973)
Debêntures - pagamentos.....		(266.667)	(166.666)	(266.667)	(166.666)
Bônus seniores - adições.....		-	777.209	-	777.209
Pagamentos de parcelas de arrendamento mercantil financeiro.....		(743.424)	(699.327)	(743.424)	(699.327)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento.....</b>		<u><b>(1.809.711)</b></u>	<u><b>(499.240)</b></u>	<u><b>(1,809.711)</b></u>	<u><b>(499.240)</b></u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....</b>		<u><b>4.472</b></u>	<u><b>(362.139)</b></u>	<u><b>4.472</b></u>	<u><b>(362.139)</b></u>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício.....</b>		<u><b>650.081</b></u>	<u><b>1,012.220</b></u>	<u><b>650.081</b></u>	<u><b>1,012.</b></u>



**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro** (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuídos aos acionistas da TAM						Participação não controladores	
	Capital social	Reserva de capital (Nota 27)	Reserva de lucros (Nota 28)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 29)	Prejuízos acumulados	Total	Total	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2011</b> .....	819.892	120.605	895.592	585.824	-	2.421.913	205.478	2.627.391
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	(335.064)	(335.064)	73.551	(261.513)
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ganho na conversão de investimentos no exterior.....	-	-	-	2.265	-	2.265	120	2.385
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes.....	-	-	-	(39.141)	-	(39.141)	(14.374)	(53.515)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado.....	-	-	-	1.229	-	1.229	451	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo.....	-	-	-	12.890	-	12.890	4.734	17.624
<b>Total do resultado abrangente</b> .....	-	-	-	(22.757)	(335.064)	(357.821)	64.482	(293.339)
<b>Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:</b>								
Redução de capital Multiplus pago aos não controladores.....	-	-	-	-	-	-	(160.984)	(160.984)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus.....	-	-	-	905	-	905	446	1.351
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	(1.481)	1.481	-	-	-
Distribuição de dividendos TAM - R\$ 193,83 (por lote de mil ações).....	-	-	(30.277)	-	-	(30.277)	-	(30.277)
Distribuição de dividendos da controlada Multiplus aos não controladores - Pagos (R\$ 22.023) e Propostos ainda não pagos (R\$ 18.444).....	-	-	-	-	-	-	(40.467)	(40.467)
Distribuição de dividendos da controlada TAM Airlines pagos aos não controladores.....	-	-	-	-	-	-	(315)	(315)
Plano de remuneração em ações.....	-	16.360	-	-	-	16.360	2.663	19.023
Aquisição de ações em tesouraria.....	-	(1.879)	-	-	-	(1.879)	-	(1.879)
Alienação de ações em tesouraria.....	-	5.328	-	-	-	5.328	3.616	3.616
Compensação do prejuízo do exercício com a reserva de lucros.....	-	-	(335.295)	-	335.295	-	-	-
<b>Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas</b> .....	-	19.809	(365.572)	(576)	335.064	(11.275)	(198.657)	(209.932)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b> .....	819.892	140.414	530.020	562.491	-	2.052.817	71.303	2.124.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Atribuídos aos acionistas da TAM						Participação não controladores	
	Capital social	Reserva de capital (Nota 27)	Reserva de lucros (Nota 28)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 29)	Prejuízos acumulados	Total	Total	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b> .....	819.892	140.414	530.020	562.491	-	2.052.817	71.303	2.124.120
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	(1.245.141)	(1.245.141)	61.009	(1.184.132)
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
Ganho/(perda) na conversão de investimentos no exterior.....	-	-	-	6.685	-	6.685	353	7.038
Hedge de fluxo de caixa.....	-	-	-	(73)	-	(73)	(225)	(298)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado.....	-	-	-	(3.572)	-	(3.572)	(1.324)	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo.....	-	-	-	1.239	-	1.239	527	1.766
<b>Total do resultado abrangente</b> .....	-	-	-	4.279	(1.245.141)	(1.240.862)	60.340	(1.180.522)
<b>Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:</b>								
Aumento de Capital - Nota 26.....	10.876	-	-	-	-	10.876	-	10.876
Distribuição de dividendos Multiplus pago aos não controladores.....	-	-	-	-	-	-	(93.897)	(93.897)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus.....	-	-	-	6.034	-	6.034	3.131	9.165
Baixa da reserva de reavaliação - Terrenos.....	-	-	-	(5.907)	-	(5.907)	-	(5.907)
Realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	(1.497)	1.497	-	-	-
Plano de remuneração em ações.....	-	11.097	-	-	-	11.097	2.212	13.309
Plano de remuneração em ações - Transferido para o passivo (Nota 30).....	-	(6.299)	-	-	-	(6.299)	-	(6.299)
Cancelamento de ações em tesouraria.....	-	2.559	3.790	-	-	6.349	-	6.349
Cancelamento de ações em circulação.....	-	-	(344.717)	-	-	(344.717)	-	(344.717)
Absorção da reserva pelo prejuízo do exercício.....	-	-	(189.093)	-	189.093	-	-	-
<b>Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas</b> .....	10.876	7.357	(530.020)	(1.370)	190.590	(322.567)	(88.554)	(411.121)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b> .....	830.768	147.771	565.400	565.400	(1.054.551)	489.388	43.089	532.477

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
 A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia" e suas controladas) foi constituída em 12 de maio de 1997, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. A Companhia é controladora integral da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera principalmente com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no Brasil e no exterior e possui 94,98% da Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("TAM Airlines"), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Av. Jurandir, 856, Lote 4, primeiro andar, São Paulo, SP. Em 22 de junho de 2012, após a conclusão da Oferta Pública de Permuta de Ações para o cancelamento de Registro de Companhia Aberta, a Companhia passou a ser controlada pela Holdco I S.A. (Holdco I). Holdco I é controlada pela TEP Chile S.A., que possui 80,58% das ações votantes da Holdco I.  
 A Companhia, através da sua controlada TLA, controla as empresas TAM Capital Inc. ("TAM Capital"), TAM Capital Inc. 2 ("TAM Capital 2"), TAM Financial Services 1 Limited ("TAM Financial 1"), TAM Financial Services 2 Limited ("TAM Financial 2"), TAM Capital Inc 3 ("TAM Capital 3") e TAM Financial Services 3 Limited ("TAM Financial 3"), todas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. Os recursos captados pelas subsidiárias são total e incondicionalmente garantidos pela TAM. A TLA também é controladora da empresa Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. ("TAM Viagens"), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo. Em 1 de fevereiro de 2012, a Companhia constituiu a sociedade anônima TAM MRO - Manutenção Aeronáutica S.A. ("TAM MRO") e tem como objeto a prestação de serviços de manutenção, reparos, consertos e restauração de aeronaves, próprias e de terceiros, civis ou militares, motores, peças, acessórios e equipamentos. A Companhia não apresenta atividades operacionais em 31 de dezembro de 2012.  
 A Companhia controla a TP Franchising Ltda. cujo objeto social é o desenvolvimento de franquias.  
 A emissão das demonstrações financeiras da TAM e suas controladas (individual e consolidado), foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2013.

**1.1. Multiplus S.A. (2010)**  
 Multiplus S.A. ("Multiplus") tem por objeto social, basicamente, o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Esta controlada concluiu seu processo de abertura de capital em 5 de fevereiro de 2010. Em 3 de fevereiro de 2010, Multiplus obteve o seu registro de Companhia Aberta na BM&FBovespa. Como resultado da oferta pública a TAM teve sua participação na Multiplus reduzida de 100% para 73,17% mantendo, porém, o controle. A venda de ações na oferta pública resultou em um aumento na participação de acionistas não controladores de R\$ 179.947 e uma transferência de acionistas não controladores para os acionistas da TAM de R\$ 489.115. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 72,87% de participação acionária na Multiplus.

**1.2. TAM Milor**  
 Em 13 de julho de 2010, a TLA adquiriu a TAM Milor que era a titular da marca "TAM" e demais marcas correlatas (marca "TAM") utilizadas pela Companhia, pela TLA e demais empresas controladas. Em 1 de março de 2011, a Companhia incorporou a TAM Milor. A incorporação não teve nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.  
 A negociação do pagamento feito pela TLA foi composta por: (a) pagamento em dinheiro no valor de R\$ 25.481 na data do acordo e (b) a emissão de uma nota promissória pela TLA aos acionistas vendedores no valor de R\$ 144.395 ("Notas Promissórias"), totalizando R\$ 169.876. O montante representado pela nota promissória foi convertido em um aumento de capital na Companhia, dentro do limite do capital autorizado, totalizando a emissão de 5.621.634 novas ações.

**1.3. Pantanal Linhas Aéreas S.A.**  
 A Companhia controla desde o dia 15 de março de 2010, a Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), data em que a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") homologou a compra. Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a constituição da subsidiária denominada Corsair Participações S.A. ("Corsair") e em 27 de dezembro de 2011 aprovou a cisão da Pantanal, mediante a qual seriam transferidos para Corsair as responsabilidades sujeitas ao plano de pagamento no processo de recuperação fiscal. Os efeitos desta operação passaram a ser efetivos a partir de 28 de março de 2012.

**1.4. Associação com LAN Airlines S.A. (2011)**  
 Em 18 de janeiro de 2011, a Companhia divulgou fato relevante, comunicando que TAM e LAN Airlines S.A. ("LAN") assinaram dois contratos denominados Implementation Agreement e Exchange Offer Agreement, por meio dos quais encontram-se regulados os termos e condições definitivos para a realização da associação contemplada no Memorando de Entendimento firmado em 13 de agosto de 2010. Os contratos definem a nova estrutura que será formada para a associação das duas empresas para a formação do Grupo LATAM Airlines S.A. ("LATAM"), assim como a forma de gestão corporativa que vai ocorrer nessa nova estrutura. Em 3 de março de 2011, a ANAC concedeu autorização prévia para transferência das ações representativas do capital da TAM, controladora das sociedades empresárias exploradoras de serviços aéreos públicos (TLA e Pantanal) com o objetivo de dar continuidade no processo de união com LAN. A operação contratada entre as partes foi aprovada pela ANAC, autoridade competente no Brasil, e pelo Tribunal de Livre Concorrência do Chile ("TDLC"), autoridade competente no Chile, em 3 de março de 2011 e 21 de setembro de 2011, respectivamente.

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), órgão de defesa da livre concorrência do Brasil, aprovou a fusão entre TAM e LAN. A aprovação veio acompanhada de duas condições: que a LATAM abra mão de uma das alianças de empresas aéreas integradas hoje por TAM (Star Alliance) e LAN (OneWorld), e que cada dois pares de slots na rota São Paulo/Guarulhos - Santiago. Essas medidas são similares as requeridas pelo TDLC.  
 Em 21 de dezembro de 2011, os acionistas da LAN aprovaram a fusão com a TAM (com maioria superior a 99,99% das ações presentes ou representadas), a mudança da razão social de LAN Airlines S.A. para LATAM Airlines Group S.A. e as demais transações contempladas nos contratos assinados pelas partes, existindo em todas as condições para a realização da transação resultou na LATAM Airlines Group S.A. tornando-se a holding das empresas combinadas. Como resultado dessa transação tivemos:

- i. LAN detém todas as ações preferenciais da TAM que foram adquiridas como resultado da oferta de troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores; Holdco vai possuir todas as ações ordinárias que foram adquiridas como resultado da troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores, e por sua vez LAN detém 20% do capital votante e 100% das ações sem direito a voto da Holdco I e o acionistas controladores da TAM passarão a deter 80% das ações votantes da Holdco I; e
  - iii. Os acionistas da TAM terão recebido após a troca 0,90 ações da LAN Airlines S.A. para cada ação (ordinária ou preferencial) ou ADS da TAM anteriormente detidas.
- A oferta de troca descrita acima estava sujeita a várias condições, incluindo: (a) os acionistas não controladores que representem mais de 66,66% dos acionistas não controladores da TAM aceitem a oferta, (b) a quantidade de ações da TAM para a troca na oferta para acionistas não-controladores mais a quantidade de ações da TAM realizada pelos acionistas controladores representem mais de 95% de todas as ações da TAM o que permite não ter resgatado obrigatoriamente não todas as ações propostas na oferta de troca.  
 Em 22 de junho de 2012, TAM e LAN concluíram com êxito a Oferta Pública de Permuta de Ações para o Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e que se tornou eficaz o acordo de acionistas celebrado em 25 de janeiro de 2012 entre TAM, LAN, TEP Chile S.A. e Holdco I S.A. Desta forma, LAN e TAM concluíram nesta data seu processo de união, dando origem a LATAM.  
 A Companhia brevemente em 31 de dezembro de 2012, um prejuízo de R\$ 1.184.132 (2011 - R\$ 261.513) e nesta data os passivos circulantes (passivos circulantes menos receita diferida) excediam o ativo circulante em R\$ 161.223 (2011 - ativos circulantes excediam passivos circulantes R\$ 1.321.115). Os fatores que impactaram esse excesso foram: (i) reclassificação do longo prazo para o curto prazo das debêntures no montante de R\$ 397.070, item que foi mantido no Curto Prazo único e exclusivamente para cumprir com as formalidades requeridas pelas normas contábeis, uma vez que o waiver foi obtido por parte dos debenturistas antes da publicação deste balanço, retrospectivo ao 3º e 4º trimestre de 2012 e prospectivo ao 1º e 2º trimestre de 2013, conforme mencionado na nota 20.4 e (ii) impacto da variação cambial sobre os passivos financeiros contratados em dólares americanos.  
 A Administração entende que não existe incerteza quanto à capacidade de continuidade da Companhia, uma vez que trata-se de um evento pontual e existem sólidas estratégias sendo implementadas no que diz respeito à redução de custo, redução de exposição ao risco de variação cambial e conta com o apoio e suporte do Grupo LATAM para implementar estas estratégias.

**1.5. Aerolíneas Brasileira S.A.**  
 Em 23 de outubro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de 2.707.135 ações preferenciais e 1.353.567 ações ordinárias de emissão da Aerolíneas Brasileira S.A. ("ABSA"), correspondente a 100% do capital social desta companhia. A operação está em processo de aprovação pelas autoridades competentes.

**2. Sumário das principais políticas contábeis**  
 As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

**2.1. Base de preparação**  
 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos não correntes disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.  
 A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.  
 As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:  
 (a) **Demonstrações financeiras individuais**  
 As demonstrações financeiras individuais da TAM foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs").  
 Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Desta forma, estas demonstrações financeiras diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação desses investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo seu valor justo ou custo.  
 (b) **Demonstrações financeiras consolidadas**  
 As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").  
 (c) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**  
 Não há novos pronunciamentos ou interpretações contábeis vigendo a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.  
**2.2. Consolidação**  
 As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.  
 (a) **Controladas**  
 Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a TAM controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TAM e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.  
 As demonstrações financeiras adquiridas durante o exercício estão incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes e das participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações, são atribuídos aos proprietários da Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. As transações, saldos e ganhos não realizados derivados de transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, sendo, porém consideradas um indicador de redução do valor realizável (impairment) do ativo transferido.  
 A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.  
 O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

**(b) Transações e participações de não controladores**  
 A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registradas diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".  
 Quando a Companhia perde o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos aquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.  
 (c) **Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**

	Data-base das demonstrações financeiras	Participação	2012	2011
TLA.....	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM Viagens (i).....	31.12.2012	Indireta	99,99	99,99
TAM Capital (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 2 (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 3 (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 1 (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 2 (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 3 (i).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
Fundo Spitfire II (ii).....	31.12.2012	Indireta	100,00	100,00
TP Franchising.....	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM Airlines.....	31.12.2012	Direta	94,98	94,98
Multiplus.....	31.12.2012	Direta	72,87	73,14
Prismah S.A. (joint venture) (Nota 17).....	31.12.2012	Indireta	50,00	-
Corsair (iii).....	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
Pantanal.....	31.12.2012	Direta	100,00	100,00
TAM MRO (iv).....	31.12.2012	Direta	100,00	100,00

- (i) Investimentos da TAM detidos indiretamente através da TLA.
- (ii) Fundo de investimento restrito para TAM e suas controladas. Possui 1% de participação direta, 7% e 92% através de participação indireta da TLA e Multiplus, respectivamente.
- (iii) Constituída em Março de 2012 através da cisão da Pantanal.
- (iv) Constituída em Fevereiro de 2012.

**2.3 Conversão em moeda estrangeira**  
**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**  
 Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual aquela entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. O país de origem e a moeda funcional das controladas é apresentada a seguir:

Empresa	Localidade	Moeda funcional
TLA.....	Brasil	Real
TAM Viagens.....	Brasil	Real
TAM Capital.....	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2.....	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3.....	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial.....	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 2.....	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 3.....	Ilhas Cayman	Real
TP Franchising.....	Brasil	Real
Fundo Spitfire II.....	Brasil	Real
TAM Airlines.....	Paraguai	Guarani
Multiplus.....	Brasil	Real
Corsair.....	Brasil	Real
Prismah S.A.....	Brasil	Real
TAM MRO.....	Brasil	Real
Pantanal.....	Brasil	Real

**(b) Transações e saldos**  
 As transações em moeda estrangeira, são convertidas para a moeda funcional de cada empresa e são registradas utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão a taxas de câmbio do final do exercício dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto quando qualificadas como hedge accounting, e portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

**(c) Entidade com moeda funcional diferente**  
 Os resultados e a posição financeira das entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada TAM Airlines (a única controlada com moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia) são convertidas à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço é convertido às taxas de câmbio do encerramento do exercício.
- Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício sobre o patrimônio líquido das controladas no início do exercício são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício convertido à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício.
- As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado de outras reservas. No caso de alienação total ou parcial de uma participação na Companhia ou controlada, mediante venda ou como resultado de redução de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa incluem**  
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original até três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).



**TAM S.A. e TAM S.A. e suas controladas** | CNPJ 01.832.635/0001-18

**Demonstrações Financeiras 2012**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Dados observáveis indicando que há uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: o As mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; o

As condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como avalios a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

**2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Os custos de transação são lançados como despesa à medida que são incorridos. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não correntes.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção. Multipius designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial altamente provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa). Qualquer alteração no valor justo de instrumentos financeiros não designados como *hedge* para fins contábeis são imediatamente reconhecidos em resultados.

**(a) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela TAM Linhas Aéreas**

Embora a TLA faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As mudanças do valor justo de instrumentos financeiros são imediatamente lançadas contra o resultado. TLA não classifica nenhum instrumento derivativo como *hedge* de valor justo, *hedge* de investimento líquido ou *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo de derivativos de combustível são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

**(b) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela Multipius S.A.**

Multipius designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa). Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são avaliados subsequentemente ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Multipius adota a contabilidade de *hedge* e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). A necessidade da adoção da contabilidade de *hedge* leva em conta o fato de que o faturamento da Multipius está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descompasso entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, a contabilidade *hedge* tem como principal objetivo a compatibilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

Multipius considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos para instituições financeiras designadas para *hedge*, como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos atribuíveis à parte efetiva da relação de cobertura é reconhecida em outros resultados abrangentes e a porção ineficaz e o valor do tempo, que não faz parte da relação de *hedge*, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. A parcela efetiva originalmente reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, somente serão liberados ou reconhecidos na demonstração do resultado quando o item coberto afetar a demonstração do resultado. Entretanto, quando um item coberto expira ou quando uma operação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido, no momento, permanece no patrimônio líquido até o momento em que a transação prevista é em última instância reconhecida no resultado.

O ganho ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como receita financeira ou despesa financeira, respectivamente. Nenhuma porção significativa de ineficiência tem sido reconhecida na demonstração do resultado para os períodos apresentados. Multipius documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. Multipius também documenta tanto no início quanto na forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

O cálculo do valor justo dos derivativos é feito com base em metodologia amplamente aceita pelo mercado para a precificação de opções, notadamente o modelo de *Black-Scholes*, e o fluxo de caixa descontado para *swaps* e *forwards*. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
- Preço de exercício
- Volatilidade de preço do ativo-objeto
- Taxa de juros livre de risco
- Tempo de duração
- Taxa de juros em moeda estrangeira

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e isenta à Companhia, e utiliza como base de informação a cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

**2.9. Contas a receber**

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (*provisão para créditos de liquidação duvidosa*) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos por mais de 180 dias, exceto para casos de renegociação e entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 8).

**2.10. Estoques**

Os estoques, que compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, líquido das provisões para reduzir o valor de itens obsoletos (Nota 9).

**2.11. Ativos não circulantes disponíveis para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos disponíveis para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda (Nota 14).

**2.12. Ativos intangíveis**

**(a) Softwares e projetos de tecnologia da informação**

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos *softwares* desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de *software* e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

**(b) Outros ativos intangíveis**

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (*slots*) decorrente da aquisição da Pantanal em março de 2010 fundamentado na expectativa de rentabilidade de operar voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido, (b) aquisição da marca "TAM" ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Millor e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

**(c) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como Ativo Intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de consideração transferidos através da participação da Companhia no justo valor líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o valor justo da participação do não controlador na aquisição. Para efeitos de testes de *impairment*, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é imputado a cada UGCs, que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual o *goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna. O ágio é monitorado no nível do segmento operacional.

O ágio é testado anualmente ou mais frequentemente se os acontecimentos ou encargos em circunstâncias indicam comprometimento potencial. O valor contábil do ágio é comparado ao valor recuperável, que é o valor mais elevado do valor de uso e justo menos os custos para vender. Qualquer deficiência é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida.

**2.13. Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotáveis*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção, que incluem juros e demais encargos financeiros capitalizados. Dependendo da natureza do ativo e da época de sua aquisição, o custo refere-se ao custo histórico de aquisição, o custo atribuído ou o custo histórico de aquisição ajustados ao efeito de hiperinflação, nos anos em que a economia brasileira era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária até 1997.

Terenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significante em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após sua vida útil, esteja totalmente amortizado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado estão demonstrados na Nota 18. Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro, bem como *rotáveis* relacionados à motores e peças adquiridas são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil e o prazo estipulado no contrato de arrendamento.

Segundo a IAS 16 - "Imobilizado", a revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção *power-by-the-hour*, são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente e estão descritas no item (b) abaixo. Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

O valor contábil dos ativos é revisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

**(a) Pré-pagamento de aeronaves**

Os adiantamentos realizados aos fabricantes para aquisição de aeronaves (*pre-delivery payments* - PDPs), nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os custos de contratação de empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves.

Na hipótese de a Companhia decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la, e houver acordo com que os PDPs serão reembolsados à Companhia, tais valores serão reclassificados para "demais contas a receber" e trazidos ao valor presente do valor esperado de reembolso à Companhia. Tal valor, se expresso em moeda estrangeira, é convertido à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras e a eventual diferença resultante é reconhecida na demonstração do resultado.

**(b) Manutenções de aeronaves e motores**

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados:

- Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção adicionado ao custo de materiais e componentes utilizados.
- Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

**2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (*impairment*)**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do valor excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.15. Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

**2.16. Passivos financeiros não derivativos**

Passivos financeiros não derivativos (incluindo empréstimos, sênior notes e debêntures) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao menor valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

As debêntures não conversíveis e bônus seniores são registrados da mesma maneira que os empréstimos.

**2.17. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 25).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração revisa anualmente essas projeções. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlada pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

**2.18. Receita diferida**

A conta de receita diferida abrange transportes a executar, contratos de serviços, ganhos em transações de *sale and leaseback* e outras e receita relacionada ao Programa Fidelidade (Nota 21).

A receita decorrente do Programa Fidelidade é inicialmente mensurada pelo seu valor justo, em contrapartida as contas a receber e são reconhecidas ao resultado à medida que os pontos do programa são resgatados.

A conta transportes a executar é composta por bilhetes vendidos nos últimos 12 meses e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é eletivamente prestado ou quando os bilhetes expiram.

**2.19. Provisões**

A Companhia reconhece provisões quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa atual de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**2.20. Benefícios a empregados**

**(a) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**(b) Remuneração baseada em ações**

A Companhia opera dois tipos de plano de remuneração baseado em ações: (i) liquidado em dinheiro (*cash-settled*) que é operado pela controlada TLA e (ii) liquidado em ações que é operado pela controlada Multipius. Os detalhes sobre a determinação do justo valor destes planos estão descritas na Nota 30. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de grácia (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao passivo, prospectivamente.

**(c) Planos de pensão**

A Companhia opera apenas planos de contribuição definida. Uma vez que as contribuições são feitas, a Companhia não tem qualquer responsabilidade adicional de pagamento adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidos, e consequentemente, são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados.

**2.21. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de efeitos tributários.

**2.22. Dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, equivalentes a 25% do lucro contábil e antecipações aprovadas pelo Conselho de Administração. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que sua distribuição é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**2.23. Arrendamentos**

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos, no qual a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, desta forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelo prazo de vida útil do ativo ou pelo período contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

**2.24. Receita**

As receitas de transporte aéreo (passageiros e carga) são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. A receita referente a bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados (vendas antecipadas de bilhetes) são tratadas como receitas diferidas, classificadas no passivo circulante. A receita proveniente de bilhetes não utilizados é reconhecida na data de expiração do bilhete, que é 12 meses após a data de sua emissão.

A controlada TLA patrocina programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade), cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Os pontos concedidos no Programa Fidelidade quando os passageiros utilizam voos TAM ou de companhias parceiras são reconhecidos como um componente separado e identificável da receita, com base no seu valor justo estimado. Esta receita é diferida na data em que o bilhete é vendido, sendo esta reconhecida no resultado do exercício, líquida dos pontos que considera que não serão resgatados, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a controlada TLA transferiu a administração do programa fidelidade para a controlada Multipius. A partir de 1º de janeiro de 2010 os pontos passaram a ser emitidos pela Multipius, que venderá os pontos para a TAM.

A receita de pontos vendidos pela Multipius para terceiros é reconhecida na demonstração do resultado quando os pontos são resgatados por prêmios ou, no caso de pontos que se estima que não serão resgatados são reconhecidos no prazo de validade dos pontos de dois anos.

Outras receitas operacionais, representadas por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, sub-arrendamento de aeronaves, serviços de manutenção fornecidos a outras companhias aéreas e outros serviços, são reconhecidas quando o serviço é prestado.

**2.25. Reconhecimento de custos e despesas operacionais**

Os principais custos da Companhia estão relacionados aos pontos resgatados e ao combustível de aviação. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação, *advertising* e outras (Nota 32).

**2.26. Reconhecimento da receita financeira**

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício.

**2.27. Reconhecimento de receitas de bilhetes-prêmio emitidos mas ainda não voados**

A Companhia, através de sua controlada Multipius, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multipius a possibilidade de trocar bilhetes aéreos por pontos que são acumulados através do programa de fidelidade Multipius. Os participantes do programa Multipius podem acumular pontos de diferentes maneiras e trocar seus pontos por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multipius é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multipius. A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multipius da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multipius) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A interpretação do CPC 30/IAS 18 - Receita identificada como "Programas de Fidelidade" - considera que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e as receitas atribuídas aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

Em todos os períodos até 31 de dezembro de 2011, a Companhia deixou de reconhecer como "Receita diferida" no passivo, os bilhetes-prêmio emitidos, mas não utilizados, e reconheceu a receita alocada a esses bilhetes mediante sua troca por pontos do programa. A Administração concluiu que o efeito resultante da aplicação desse critério não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, e que a correção deste erro como ajuste fora do período não tenha efeitos relevantes no ano findo em 31 de dezembro de 2012. Por esta razão, o efeito dessa correção foi reconhecido no trimestre findo em 31 de março de 2012.

O efeito acumulado do ajuste reconhecido no trimestre findo em 31 de março de 2012 de uma redução de receita em R\$ 98.618, e o efeito de tributos diferidos no valor de R\$ 33.530, resultando em um efeito líquido no resultado de R\$ 65.088.

A partir de 1º de janeiro de 2012, a Companhia reconhece o montante alocado ao prêmio obtido através da troca de pontos como "Receita diferida" e a receita é reconhecida na demonstração do resultado quando o detentor do bilhete-prêmio é transportado.

**2.28. Apresentação da demonstração do resultado**

Na demonstração do resultado, os valores relativos a variações do valor justo de derivativos de combustíveis são apresentados separadamente como parte do lucro operacional. Este item é material em termos de natureza e valor, e está sendo







Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Investimentos

(a) Controladora

(i) Movimentação dos investimentos diretos

	TLA	TAM Airlines	TP	Multipius	Pantanal	Corsair	Total
Em 31 de dezembro de 2011.....	1.465.678	31.003	(600)	189.535	(31.905)	-	1.653.711
Resultado de equivalência patrimonial.....	(1.315.496)	10.935	293	163.875	(3.870)	-	(1.144.263)
Hedge accounting (líquido dos impostos).....	-	-	-	(2.406)	-	-	(2.406)
Remuneração com base em ações.....	5.186	-	-	5.911	-	-	11.097
Remuneração com base em ações - Transferido para o passivo.....	(6.299)	-	-	-	-	-	(6.299)
Baixa de reserva de reavaliação - Terreno.....	(5.907)	-	-	-	-	-	(5.907)
Adiantamento para Aumento de Capital - AFAC TAM S.A.....	112.000	-	-	-	-	-	112.000
Varição cambial de controlada no exterior.....	-	6.685	-	-	-	-	6.685
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(248.158)	-	-	(248.158)
Aumento de capital com acervo líquido oriundo da cisão parcial da Pantanal.....	-	-	-	-	-	191	191
Em 31 de dezembro de 2012.....	255.162	48.623	(307)	108.757	(35.775)	191	376.651

(ii) Informações sobre empresas controladas

	TLA	TAM Airlines	TP Participações	Multipius	Pantanal	Corsair	Total
Capital Social.....	897.122	46.183	30	79.565	49.508	191	1.102.389
Quantidade de ações - Total ordinárias.....	2.064.602	87.653	30.100	161.964.306	117.778.942	1.000	170.935.207
Possuídas - ordinárias.....	2.064.602	83.253	30.100	118.026.958	117.778.942	1.000	170.935.207
% de participação							
No capital total.....	100,00	94,98	100,00	72,87	100,00	100,00	100,00
No capital votante.....	100,00	94,98	100,00	72,87	100,00	100,00	100,00
Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	255.162	51.199	(307)	149.246	(35.775)	191	376.651
Valor do investimento.....	255.162	48.623	(307)	108.757	(35.775)	191	376.651
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(1.315.496)	11.513	293	224.305	(3.870)	-	(1.144.263)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(1.315.496)	10.935	293	163.875	(3.870)	-	(1.144.263)

	TLA	TAM Airlines	TP Participações	Multipius	Pantanal	Total
Capital Social.....	897.122	46.183	30	70.400	49.508	1.102.389
Quantidade de ações - Total ordinárias.....	2.064.602	87.653	30.100	161.371.285	117.778.942	170.935.207
Possuídas - ordinárias.....	2.064.602	83.253	30.100	118.026.958	117.778.942	170.935.207

	TLA	TAM Airlines	TP Participações	Multipius	Pantanal	Total
No capital total.....	100,00	94,98	100,00	73,14	100,00	100,00
No capital votante.....	100,00	94,98	100,00	73,14	100,00	100,00
Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	1.465.678	32.642	(600)	259.140	(31.905)	1.692.355
Valor do investimento.....	1.465.678	31.003	(600)	189.535	(31.905)	1.653.711
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(422.537)	(2.212)	143	274.246	(90.528)	(230.986)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(422.537)	(2.101)	143	200.653	(90.528)	(314.370)

As principais rubricas contábeis das principais controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. são:

	TLA	Multipius	TAM Airlines	Pantanal
Ativo.....	13.692.075	1.302.109	111.540	23.734
Passivo.....	13.436.913	1.152.863	60.341	184.466
Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	255.162	149.246	51.199	(160.732)
Receita.....	13.297.667	1.476.014	266.706	150.566
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(1.315.496)	224.305	11.513	(3.042)

	TLA	Multipius	TAM Airlines	Pantanal
Ativo.....	14.253.845	1.308.434	74.482	28.634
Passivo.....	12.788.167	1.049.297	41.835	186.133
Patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	1.465.678	259.137	32.647	(157.499)
Receita.....	12.640.422	1.246.812	189.339	222.539
Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....	(422.537)	274.246	(2.101)	(90.528)

(b) Consolidado - joint venture

A Prismah Fidelidade S.A. é uma entidade controlada em conjunto entre a controlada Multipius e Aimia Newco UK LLP ("Aimia"), onde a participação societária na investida não possibilita decisão unilateral que afete os retornos sobre o investimento. Multipius possui 50% das ações da investida e a participação neste investimento será contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A participação nos resultados desta sociedade é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da investidora. Esta empresa foi constituída em 2 de abril de 2012, cujo objeto social é a prestação de serviços diversos e desenvolvimento de programas relacionados a programas de fidelidade/relacionamento com clientes e programas de incentivos à cadeia de vendas para empresas incluindo, mas sem se limitar, à gestão de relacionamento com clientes, consultoria técnica e consultoria tecnológica, por meio de programas de pontos ou outras moedas de troca passíveis de conversão em pontos de programas de fidelidade.

(i) Movimentação do investimento

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Em 31 de dezembro de 2011.....	-	-
Integralização de capital - AAG Constituinte (*).....	-	500
Aumento de capital - AGE (**) 18/09/2012.....	6.571.500	6.571.500
Resultado de equivalência patrimonial.....	-	(2.203)
Em 31 de dezembro de 2012.....	6.572.000	4.369

(\*) Ata de Assembleia Geral - Multipius  
(\*\*) Assembleia Geral Extraordinária - Multipius

(ii) Informações sobre a investida

	2012
Capital social.....	13.144
Quantidade de ações - ordinárias.....	13.144.000
Possuídas - ordinárias.....	6.572.000
% de participação.....	50,00
Patrimônio líquido.....	13.144
Valor do investimento.....	4.369
Prejuízo do período.....	(4.406)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(2.203)
Rubricas da investida	
Ativo circulante.....	8.902
Ativo não circulante.....	4.649
Passivo circulante.....	4.814
Receitas financeiras.....	336
Despesas no período.....	(4.742)

18. Imobilizado

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)	Total
Custo total.....	11.552.726	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	13.213.944
Depreciação acumulada.....	(3.505.101)	(51.059)	(137.553)	(80.983)	-	-	(121.297)	(3.895.993)
Em 31 de dezembro de 2011.....	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv).....	-	-	-	-	-	(450.987)	-	(450.987)
Aquisições.....	810.003	755	5.961	14.653	13.152	541.077	22.363	1.407.964
Transferência (v).....	20.911	15.739	(150)	1.307	(29.253)	(21.002)	14.911	2.463
Alienações/baixas.....	(498.128)	(5.946)	(994)	(764)	-	-	(1.339)	(507.171)
Juros capitalizados.....	-	-	-	-	-	28.958	-	28.958
Outras.....	-	-	-	-	-	-	10	10
Depreciação.....	(614.294)	(7.282)	(16.388)	(10.560)	-	(18.380)	(666.904)	(1.334.428)
Em 31 de dezembro de 2012.....	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	113.419	9.132.284
Custo total.....	11.885.512	271.316	180.603	156.698	17.560	930.396	253.096	13.695.181
Depreciação acumulada.....	(4.119.395)	(58.341)	(153.940)	(91.544)	-	-	(139.677)	(4.562.897)

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)	Total
Custo total.....	10.722.269	254.572	152.665	135.873	16.121	476.514	214.138	11.972.152
Depreciação acumulada.....	(2.921.821)	(44.901)	(120.934)	(69.617)	-	-	(103.029)	(3.260.302)
Em 31 de dezembro de 2010.....	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv).....	-	-	-	-	-	(123.681)	-	(123.681)
Aquisições.....	829.477	3.379	24.790	6.265	5.497	509.952	12.898	1.392.258
Transferência (v).....	59.916	2.889	(1.593)	(89)	12.089	(47.044)	(8.554)	17.614
Alienações/baixas.....	(17.332)	(26)	(36)	(523)	(46)	-	(1.304)	(19.267)
Ativo disponível para venda.....	(21.474)	-	-	-	-	-	-	(21.474)
Prejuízo nas operações de sale and leaseback.....	(20.130)	-	-	-	-	-	-	(20.130)
Juros capitalizados.....	-	-	-	-	-	16.609	-	16.609
Outras.....	-	(46)	(39)	(25)	-	-	(27)	(137)
Depreciação.....	(583.280)	(6.158)	(16.619)	(11.366)	-	(18.268)	(635.691)	(1.255.292)
Em 31 de dezembro de 2011.....	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951
Custo total.....	11.552.726	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	13.213.944
Depreciação acumulada.....	(3.505.101)	(51.059)	(137.553)	(80.983)	-	-	(121.297)	(3.895.993)

A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	Anos
Equipamentos de voo - aeronaves.....	6 - 25
Equipamentos de voo - motores.....	10 - 15
Manutenção.....	4 - 6
Edifícios.....	25
Máquinas e equipamentos.....	10
Computadores.....	5

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. A TAM possui, em 31 de dezembro de 2012, 83 aeronaves nessa modalidade (31 de dezembro de 2011 - 84 aeronaves). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada TLA recebeu três aeronaves classificadas como arrendamento operacional.

(ii) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da Companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.

(iii) Abrangem basicamente móveis e veículos.

(iv) As transferências de pré-pagamento de aeronave ocorrem quando as aeronaves são entregues e os valores são restituídos para a TAM ou capitalizados com os equipamentos de voo como "adições".

(v) Transferência do total correspondente aos itens classificados como intangível para imobilizado.

Os imóveis e beneficiários da controlada TLA hipotecados como garantia de empréstimos somam R\$ 110.499 (2011 - R\$ 110.499).

Com exceção das aeronaves, não há valores significativos referentes a imobilizado fora do Brasil. As aeronaves estão localizadas no Brasil, mas são usadas em voos domésticos e internacionais.

A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	2012	2011
Custos dos serviços prestados.....	628.126	519.335
Despesas comerciais.....	1.844	4.025
Despesas gerais e administrativas.....	9.934	112.331
Em 31 de dezembro.....	666.904	635.691

19. Intangível

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis (II)	Direito de uso - Slots (III)	Marcas e patentes (IV)	Goodwill (II)	Total
Custo total.....	370.247	93.340	30.982	124.927	168.312	38.262	826.070
Amortização acumulada.....	(148.549)	(67.527)	-	-	-	-	(216.076)
Em 31 de dezembro de 2011.....	221.698	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	609.994
Adições.....	93.284	13.943	-	-	-	-	107.227
Baixas.....	(17.581)	(5.227)	-	-	-	-	(22.808)
Transferência (III).....	(1.186)	(1.277)	-	-	-	-	(2.463)
Amortização.....	(75.521)	(17.303)	-	-	-	-	(92.824)
Em 31 de dezembro de 2012.....	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.126
Custo total.....	444.764	100.779	30.982	124.927	168.312	38.262	908.026
Amortização acumulada.....	(224.070)	(84.830)	-	-	-	-	(308.900)
Em 31 de dezembro de 2012.....	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.126

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis (II)	Direito de uso - Slots (III)	Marcas e patentes (IV)	Goodwill (II)	Total
Custo total.....	325.803	58.690	47.684	124.927	168.312	-	725.416
Amortização acumulada.....	(68.716)	(52.676)	-	-	-	-	(121.392)
Em 31 de dezembro de 2010.....	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	-	604.024
Adições.....	55.512	23.507	987	-	-	-	80.006
Transferência (III).....	(11.068)	11.143	(17.689)	-	-	-	(17.6



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

20.4 Debêntures	Controladora		Consolidado		Controladora
	2012	2011	2012	2011	
TAM S.A.	-	174.650	-	174.650	
TAM Linhas Aéreas S.A. (i)	-	-	515.950	632.793	
<b>Em 31 de dezembro</b>	-	174.650	515.950	807.443	
<b>Circulante</b>	-	(174.650)	(515.950)	(311.190)	
<b>Não circulante</b>	-	-	-	496.253	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	2012	2011
Entre 1 e 3 anos	-	297.546
Superior a 3 anos	-	198.707
<b>Em 31 de dezembro</b>	-	496.253

(i) TAM Linhas Aéreas S.A. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2009, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória da TAM S.A.

Em 24 de julho de 2009, a TAM Linhas Aéreas S.A. concluiu oferta de 600 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 e valor total original de R\$ 600.000 e custo de captação de R\$ 7.631. Em 22 de julho de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando a postergação do vencimento das debêntures de 24 de julho de 2013 para 24 de julho de 2017, e a amortização do valor nominal dos títulos foi ampliada de pagamentos trimestrais para semestrais, com o vencimento da primeira parcela postergado de 24 de julho de 2010 para 24 de janeiro de 2012. O custo decorrente dessa renegociação foi de R\$ 3.000.

Os juros remuneratórios tiveram sua periodicidade alterada, passando de mensal para semestral, sendo equivalentes a 124% do CDI (taxa na data da contratação 13,25%), calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dos juros é de 10,42% a.a. (2011 - 14,38%).

A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu critério, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 10 dias de antecedência, resgatar antecipadamente o valor total ou parcial das debêntures. As debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas. A Administração concluiu que montante a pagar mediante adiantamento é aproximadamente igual ao custo autorizado das obrigações e, como tal, a opção de resgate é considerada clara e estreitamente relacionada com as obrigações.

A escrituração de emissão das debêntures da TLA, além de outras obrigações contratuais, prevê o cumprimento do *covenant* financeiro Dívida Financeira Líquida/EBITDA não poder ser maior que 5,7, verificado trimestralmente. Com o aumento dos custos de operação, advindo principalmente do aumento das tarifas aeroportuárias, aumento do querosene de aviação, depreciação do Real versus dólar americano, entre outros, o índice de cobertura da dívida refletida em tal emissão sofreu um aumento superior a 5,7 nos últimos dois trimestres de 2012. Neste sentido essa debênture seria passível de vencimento antecipado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 14 de fevereiro de 2013 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada sem qualquer ressalva ou restrição, a renúncia do direito da emissora a manutenção da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou superior a 5,7 no período referente aos dois últimos trimestres de 2012 e aos dois primeiros trimestres de 2013. Assim sendo, o descumprimento da obrigação não configurará hipótese de vencimento antecipado. Em atendimento ao disposto nas normas contábeis, a Companhia reclassificou a parcela de longo prazo com vencimento programado para 2017 para o curto prazo no valor de R\$ 397.070.

	2012	2011
Transporte a executar	872.624	624.923
Programa Fidelidade	1.025.920	794.297
Receita diferida TAM Viagens	9.769	10.126
Resultado diferido com operações de <i>sale and leaseback</i> (i)	35.814	70.528
Perdas diferidas com operações de <i>sale and leaseback</i> (ii)	(42.770)	(19.906)
Receita diferida contrato de serviços (iii)	224.209	199.890
<b>Em 31 de dezembro</b>	2.125.566	1.679.858
<b>Circulante</b>	(1.937.144)	(1.472.055)
<b>Não circulante</b>	188.422	207.803

(i) Os ganhos diferidos nas operações de *sale and leaseback* referem-se a vendas de aeronaves em 2001 e 2003. Os ganhos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear até 2014. Em 04 de março de 2011, a Companhia realizou uma nova operação referente a motor. O ganho decorrente desta nova transação foi de R\$ 4.832 e será amortizado pelo método linear até 2015.

(ii) Em 16 de dezembro de 2011, a controlada TLA efetuou quatro transações de *sale and leaseback* relacionadas a leasing financeiro de aeronaves. As operações geraram um prejuízo de R\$ 20.130 que foi diferido após a realização do teste de *impairment* dessas aeronaves, conforme determina o parágrafo 64 do CPC 6/IAS 17. O prejuízo será amortizado pelo método linear até 2015.

Em 23 de agosto de 2012, a controlada TLA efetuou duas operações de *sale and leaseback* relacionadas a arrendamento financeiro de aeronaves. As operações geraram um prejuízo de R\$ 30.156 que foi diferido após a realização do teste de *impairment* destas aeronaves. O prazo para amortização do prejuízo é até 2016 e pelo método linear.

(iii) Referem-se basicamente a:

- a. Em 29 de dezembro de 2011 a controlada TLA firmou contrato de parceria comercial com o Banco Itaucard S.A. (Itaucard) com a finalidade de ofertar, distribuir e comercializar por meio de canais de distribuição ou por quaisquer outros meios, o cartão Itaucard aos clientes TAM em todo território nacional pelo prazo de 15 anos a contar desta data. O Itaucard adiantou do total do contrato o valor de R\$ 200 milhões que foi diferido e reconhecido na demonstração do resultado em base linear. Em 2011, o total de R\$ 230 foi reconhecido como receita.
  - b. Em 2 de agosto de 2012 as empresas TLA S.A. e TAM Viagens, aditaram o termo de parceria para prestação de serviços financeiros em regime de exclusividade firmado em 28 de junho de 2007 com o Banco Santander S.A., para que o mesmo vigore até 31 de outubro de 2017. O Santander efetuou pagamento de um prêmio adicional por preferência bancária no valor total de R\$ 34 milhões que foi diferido e reconhecido na demonstração do resultado em base linear.
- 22. Programa de recuperação fiscal ("REFIS")**  
Em novembro de 2009 as controladas TLA e Pantanal aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela Lei 11.941/09 e medida provisória nº 449/2009. O REFIS visa equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações. As condições gerais para adesão ao parcelamento podem ser assim descritas:
- parcelamento em até 180 meses, dependendo da natureza do débito;
  - redução das multas de mora, dos juros de mora e dos encargos legais;
  - obrigação do pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses; e
  - desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.
- Durante o exercício de 2011 foi concluído o processo de adesão ao REFIS, sendo o débito consolidado composto da seguinte forma:

	Principal	Multa	Juros	Honorários	Total do débito consolidado
COFINS (i)	193.771	7.345	133.900	-	335.016
PIS (ii)	37.301	2.724	40.561	-	80.586
Programas de parcelamento anteriores - Pantanal (ii)	20.215	1.911	24.880	3.096	50.102
Outros débitos	15.475	799	6.112	-	22.386
	266.762	12.779	205.453	3.096	488.090

(i) Referem à discussão da constitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, introduzida pela Lei nº 9.718/98. A desistência dos processos existentes para fins de adesão ao parcelamento já foi protocolada.

(ii) Referem-se ao saldo remanescente de parcelamentos anteriores da controlada Pantanal instituídos nos anos de 2000 a 2006.

A partir desta data o débito consolidado dos tributos e contribuições acima passou a constituir um único débito a ser controlado, independente do tipo de tributo ou contribuição que o compõem, cuja movimentação consolidada está demonstrada da seguinte forma:

	2012	2011
Débito consolidado	439.827	439.827
Ajuste ao débito consolidado	11.710	11.710
Atualização monetária	60.661	62.429
Pagamentos efetuados	(49.806)	(30.648)
<b>Em 31 de dezembro</b>	462.392	483.318
<b>Circulante</b>	(39.206)	(46.924)
<b>Não circulante</b>	423.186	436.394

O total do débito consolidado tem o seguinte vencimento:

	2012	2011
Inferior a um ano	39.206	46.924
Entre 1 e 5 anos	196.496	186.432
Superior a 5 anos	226.690	249.962
	462.392	483.318

**23. Demais contas a pagar**

	2012	2011
Reorganização da frota Fokker 100	-	39
Provisão para manutenção - "Power by the hour" (i)	779.644	535.088
Outras obrigações	179.682	102.337
<b>Em 31 de dezembro</b>	959.326	637.505
<b>Circulante</b>	(349.914)	(197.444)
<b>Não circulante</b>	609.412	440.061

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia recebeu 196 motores (2011 - 168) como contratos *power by the hour*.

**24. Provisões**

**(a) Movimentação das provisões**  
A Companhia constitui provisão para os valores de contingências classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro 2012 e 2011, valor total e as movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, eram compostos da seguinte forma:

	2011	Provisões (Depósitos)	Pagamentos	Encargos financeiros	2012
Fundo aeroviário (i)	225.463	31.341	-	14.763	271.567
Processos trabalhistas (ii)	21.444	165.879	-	-	187.323
Processos cíveis	107.637	22	(207)	-	107.452
Demais processos tributários	64.496	27.378	-	(8.646)	83.228
Total	419.040	224.620	(207)	6.117	649.570
(-) Depósitos judiciais	(147.921)	(219.045)	15	(9.564)	(376.515)
Total	271.119	5.575	(192)	(3.447)	273.055

	2010	Provisões (Depósitos)	Pagamentos	Encargos financeiros	2011
Fundo aeroviário (i)	174.226	35.258	-	15.979	225.463
Processos trabalhistas	20.930	793	(279)	-	21.444
Processos cíveis	86.271	21.366	-	-	107.637
Demais processos tributários	48.131	15.033	-	1.332	64.496
Total	329.558	72.450	(279)	17.311	419.040
(-) Depósitos judiciais	(125.287)	(22.672)	38	-	(147.921)
Total	204.271	49.778	(241)	17.311	271.119

(i) Referem-se a cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A Administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo estava suportado por medida judicial, medida esta que foi revertida em outubro de 2012, devendo então ser realizado o recolhimento normalmente após este período. Após a reversão da liminar, a TLA entrou com recurso para reavê-la, fazendo-se necessário a realização de um depósito judicial no montante de R\$ 238.370.

(ii) No exercício findo em 2012 houve um incremento de provisão no valor de R\$ 165.879 ao qual se refere em sua maior parte a inclusão de novos processos referente a periculosidade do valor de R\$ 163.912 movida pelo sindicato dos aeroviários contra a TLA. No início de 2013, foram homologados acordos com os sindicatos de São Paulo e Guarulhos.

**(a) Resumo dos principais processos**

A Companhia e suas controladas possuem ainda ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão na data. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

	2012	2011
Processos tributários	410.580	436.081
ICMS	171.998	151.802
IRPJ e CSLL	102.644	102.644
Regime aduaneiro especial de admissão temporária	339.067	339.067
Outros	328.544	911.122
Processos cíveis	911.122	1.029.594
Processos trabalhistas	145.439	65.876
<b>Em 31 de dezembro</b>	525.795	426.639
	1.582.347	1.522.109

**25. Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	2011	2012
Prejuízo fiscal	19.192	32.107
Base negativa da contribuição social	8.138	11.558
Diferenças temporárias	-	-
Provisão para contingências	1.812	889
Outros	833	345
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	29.975	44.899

	2010	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	2011
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	2010		2011
Prejuízo fiscal	8.812	10.380	19.192
Base negativa da contribuição social	4.401	3.737	8.138
Diferenças temporárias	-	-	-
Provisão para contingências	1.642	170	1.812
Outros	676	157	833
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	15.531	14.444	29.975

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em 12 meses - líquido	13.671	13.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em mais de 12 meses - líquido	61.203	16.279
<b>Em 31 de dezembro</b>	74.874	29.975

(i) TAM Linhas Aéreas S.A. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2009, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória da TAM S.A.

Em 24 de julho de 2009, a TAM Linhas Aéreas S.A. concluiu oferta de 600 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 e valor total original de R\$ 600.000 e custo de captação de R\$ 7.631. Em 22 de julho de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando a postergação do vencimento das debêntures de 24 de julho de 2013 para 24 de julho de 2017, e a amortização do valor nominal dos títulos foi ampliada de pagamentos trimestrais para semestrais, com o vencimento da primeira parcela postergado de 24 de julho de 2010 para 24 de janeiro de 2012. O custo decorrente dessa renegociação foi de R\$ 3.000.

Os juros remuneratórios tiveram sua periodicidade alterada, passando de mensal para semestral, sendo equivalentes a 124% do CDI (taxa na data da contratação 13,25%), calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva dos juros é de 10,42% a.a. (2011 - 14,38%).

A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu critério, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 10 dias de antecedência, resgatar antecipadamente o valor total ou parcial das debêntures. As debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas. A Administração concluiu que montante a pagar mediante adiantamento é aproximadamente igual ao custo autorizado das obrigações e, como tal, a opção de resgate é considerada clara e estreitamente relacionada com as obrigações.

A escrituração de emissão das debêntures da TLA, além de outras obrigações contratuais, prevê o cumprimento do *covenant* financeiro Dívida Financeira Líquida/EBITDA não poder ser maior que 5,7, verificado trimestralmente. Com o aumento dos custos de operação, advindo principalmente do aumento das tarifas aeroportuárias, aumento do querosene de aviação, depreciação do Real versus dólar americano, entre outros, o índice de cobertura da dívida refletida em tal emissão sofreu um aumento superior a 5,7 nos últimos dois trimestres de 2012. Neste sentido essa debênture seria passível de vencimento antecipado por meio de Assembleia Geral de Debenturistas.

Em 14 de fevereiro de 2013 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada sem qualquer ressalva ou restrição, a renúncia do direito da emissora a manutenção da relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou superior a 5,7 no período referente aos dois últimos trimestres de 2012 e aos dois primeiros trimestres de 2013. Assim sendo, o descumprimento da obrigação não configurará hipótese de vencimento antecipado. Em atendimento ao disposto nas normas contábeis, a Companhia reclassificou a parcela de longo prazo com vencimento programado para 2017 para o curto prazo no valor de R\$ 397.070.

	2011	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	Creditado à demonstração do patrimônio líquido	2012
Imposto de renda e contribuição social diferido	2011			2012
Prejuízo fiscal	46.158	236.226	-	282.384
Base negativa da contribuição social	18.142	87.778	-	105.920
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão para perdas/ganho com derivativos	14.176	6.359	102	20.637
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado	(571)	-	1.664	1.093
Provisão para contingências	123.205	65.370	-	188.575
Provisão para perdas em estoques e contas a receber	44.333	1.301	-	45.634
Receita futura de operação de <i>sale and leaseback</i>	12.031	(8.233)	-	3.798
Programa fidelidade	(13)	-	-	(13)
Arrendamentos financeiros	(210.288)	150.134	-	(60.154)
Outros	39.060	(3.510)	-	35.550
Imobilizado	(44.660)	2.124	-	(42.536)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo intangível na aquisição da Pantanal	(38.262)	-	-	(38.262)
Total	3.311	537.549	1.766	542.626

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

	2011	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	Debitado por Goodwill por aquisição da Pantanal (Nota 19)	Creditado à demonstração do patrimônio líquido	2012
Imposto de renda e contribuição social diferido	2010				2011
Prejuízo fiscal	62.288	(16.130)	-	-	46.158
Base negativa da contribuição social	22.548	(4.406)	-	-	18.142
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-
Provisão para perdas/ganho com derivativos	6.096	(10.115)	-	18.195	14.176
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado	-	-	-	(571)	(571)
Provisão para contingências	94.008	29.197	-	-	123.205
Provisão para perdas em estoques e contas a receber	39.165	5.168	-	-	44.333
Receita futura de operação de <i>sale and leaseback</i>	28.312	(16.281)	-	-	12.031
Programa fidelidade	66.008	(66.021)	-	-	(13)
Arrendamentos financeiros	(432.865)	222.597	-	-	(210.288)
Outros	48.796	(9.736)	-	-	39.060
Imobilizado	(45.514)	854	-	-	(44.660)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo intangível na aquisição da Pantanal	-	-	(38.262)	-	



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	3ª outorga especial	4ª outorga	1ª outorga especial	Total
Data	28/12/2005	30/11/2006	14/12/2007	14/12/2007	28/05/2010	27/09/2007	
Data da última modificação	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	12/07/2012	
Quantidade de ações	715.255	239.750	655.311	125.000	591.467	230.000	2.556.783
Preço de exercício - R\$	14,40	43,48	39,67	40,27	25,11	38,36	
Taxa de juros, isenta de risco %	17,93	13,13	10,95	10,95	9,38	10,82	
Taxa de juros, isenta de risco % - após modificação	7,85	7,85	7,85	7,85	7,85	7,85	
Tempo médio contratual	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	4,5	
Rendimento esperado do dividendo %	0,00	0,32	0,58	0,58	0,55	0,58	
Rendimento esperado do dividendo % - após modificação	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	
Volatilidade das ações no Mercado %	34,24	41,29	42,30	42,30	51,47	40,48	
Volatilidade das ações no Mercado % - após modificação	28,55	28,15	20,98	20,98	24,54	28,55	
Preço no Mercado acionário na data da outorga R\$	45,00	61,00	44,03	44,03	24,30	50,10	
Preço no Mercado acionário na data da modificação	46,48	46,48	46,48	46,48	46,48	46,48	
Valor justo na data da outorga - R\$	39,64	41,11	25,09	24,90	13,57	28,28	
Valor justo na data da outorga - R\$ após modificação	25,21	-	0,76	0,62	22,67	-	
Preço de exercício ajustado - R\$ (i)	21,93	64,46	54,95	30,58	30,38	54,77	
Quantidade de opções em aberto (i)	-	119.401	259.857	-	363.446	230.000	972.704
Quantidade de opções a exercer (i)	-	119.401	245.082	-	125.674	230.000	720.157
Valorização das opções exercíveis em 31/12/2012 (em reais)	-	7.696.588	13.467.255	-	3.817.976	12.597.100	
Média de vida contratual remanescente (i)	-	-	0,08	-	2,36	-	

(i) Em 31 de dezembro de 2012, a volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da LATAM negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

(b) Multiplus S.A. Na AGE realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos seus funcionários. As transações estão resumidas a seguir:

	Número de opções em circulação	Preço médio de exercício - R\$
31 dezembro de 2010	1.660.759	18,07
Exercidas	(77.285)	24,80
Canceladas	(6.196)	17,49
31 de dezembro de 2011	1.577.278	14,64
Exercidas	(593.021)	15,48
Canceladas	(533.559)	15,82
31 de dezembro de 2012	891.261	23,35

Ob de termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 3 de junho de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 20,00 (vinte reais) por ação, referente à outorga especial relacionada à contratação do atual Diretor Presidente e a redução do preço de exercício em R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) por ação, em razão da redução de capital social, para as demais outorgas. O recálculo das outorgas considerando o novo preço de exercício gera uma despesa adicional de R\$ 3.114 que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente das outorgas.

Em 3 de outubro de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 16,28 (dezesseis reais e vinte e oito centavos) por ação, referente a outorga especial em razão da redução do capital social. O recálculo da outorga considerando o novo preço de exercício gera uma despesa incremental de R\$ 312, que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente da outorga.

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação Black-Scholes. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	Total ou média ponderada
Data	04/10/2010	08/11/2010	16/04/2012	04/10/2010	04/10/2010	16/04/2012	
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	
Quantidade de ações	98.391	36.799	378.517	1.370.999	154.570	62.046	2.101.322
Preço de exercício na data da outorga após a modificação - R\$	23,61	27,83	31,41	12,28	16,28	31,41	
Taxa de juros, isenta de risco %	12,15	12,15	10,30	12,15	11,88	8,86	
Tempo médio contratual (anos)	4,60	4,67	4,75	4,88	3,25	4,75	
Rendimento esperado do dividendo %	2,93	2,60	4,17	2,60	2,59	4,17	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	33,79	33,79	32,78	33,79	34,24	32,78	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	27,20	27,20	N/A	27,20	27,10	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	11,58	14,06	14,68	16,91	10,53	13,86	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	12,17	10,71	N/A	17,35	14,29	N/A	
Preço médio de exercício ajustado	27,33	32,31	33,65	14,36	-	33,65	
Volatilidade das ações no mercado %	33,79	3,06	3,06	3,06	-	4,67	
Quantidade de opções em aberto	61.463	2.245	362.272	403.235	-	62.046	891.261
Quantidade de opções a exercer	-	-	-	-	-	-	-

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Multiplus negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

31. Receita Individualmente, nenhum dos clientes da TAM representa mais de 10% de suas receitas em 2012. A Companhia possui informação de segmentação de receita bruta por tipo de serviço prestado e por região, conforme abaixo:

	2012		2011		Período - variação (%)
	2012	%	2011	%	
<b>Doméstica</b>					
Passageiro	7.348.216	51,5	6.185.319	45,6	18,8
Carga	550.315	3,9	552.861	4,1	(0,5)
	7.898.531	55,4	6.738.180	49,7	17,2
<b>Internacional</b>					
Passageiro	4.465.801	31,3	3.823.488	28,2	16,8
Carga	299.622	2,1	623.815	4,6	(52,0)
	4.765.423	33,4	4.447.303	32,8	7,2
<b>Outras receitas operacionais</b>					
Programa Fidelidade (TAM)	-	-	212.036	1,6	(100,0)
Programa Fidelidade (Multiplus)	438.075	3,1	1.151.737	8,5	(62,0)
Agenciamento de viagens e turismo	93.667	0,7	78.617	0,6	19,1
Outros (inclui bilhetes vendidos)	1.070.111	7,4	927.939	6,8	15,3
	1.601.853	11,2	2.370.329	17,5	(32,4)
<b>Receita bruta</b>	<b>14.265.807</b>	<b>100,0</b>	<b>13.555.812</b>	<b>100,0</b>	<b>5,2</b>
Impostos e outras deduções	(570.218)	-	(561.326)	-	1,6
<b>Receita líquida</b>	<b>13.695.589</b>		<b>12.994.486</b>		<b>5,4</b>

	2012		2011		Período - variação (%)
	2012	%	2011	%	
<b>Custo dos serviços prestados</b>					
Pessoal	2.378.058	292.862	264.475	2.935.395	20,5
Honorários do Conselho de Administração	-	-	1.464	1.464	0,1
Combustível	5.513.339	-	-	5.513.339	39,5
Depreciação e amortização	628.726	8.490	122.512	759.728	58,3
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	762.968	-	-	762.968	5,2
Seguro de aeronaves	33.462	-	-	33.462	0,3
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	847.734	-	-	847.734	5,9
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	567.326	12.508	25.884	605.718	4,2
Serviços de terceiros	230.711	387.160	488.201	1.108.072	7,7
Vendas e marketing	-	663.318	-	663.318	4,6
Provisões - trabalhistas, cíveis, fundo aeroviário e tributárias	-	-	253.339	253.339	1,8
Outras	417.373	176.825	257.244	851.442	5,9
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>11.379.697</b>	<b>1.541.163</b>	<b>1.413.119</b>	<b>14.333.979</b>	<b>100,0</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>					
Pessoal	2.236.268	239.575	217.902	2.693.745	22,4
Honorários do Conselho de Administração	-	-	1.761	1.761	0,0
Combustível	4.186.892	-	-	4.186.892	34,8
Depreciação e amortização	596.688	4.625	129.062	730.375	6,1
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	619.357	-	-	619.357	5,2
Seguro de aeronaves	46.533	-	-	46.533	0,4
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	682.258	-	-	682.258	5,7
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	417.964	10.069	22.017	450.050	3,7
Serviços de terceiros	208.785	308.555	322.627	839.957	7,0
Vendas e marketing	-	962.925	-	962.925	7,0
Outras	394.328	205.058	204.180	803.566	6,7
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>9.389.073</b>	<b>1.730.807</b>	<b>897.549</b>	<b>12.017.429</b>	<b>100,0</b>

	2012		2011		Período - variação (%)
	2012	%	2011	%	
<b>Benefícios a empregados</b>					
Salários e bonificações	2.306.648	2.132.234	32.403	2.338.641	2,2
Plano de pensão de contribuição definida	32.403	12.772	-	32.403	0,1
Remuneração baseada em ações	11.206	19.022	-	11.206	0,1
Impostos e contribuições sociais	586.602	531.478	-	586.602	5,1
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>2.936.859</b>	<b>2.695.506</b>			

33.1 Participação nos lucros e bonificações A Administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados e bonificações caso sejam atingidas metas de desempenho estabelecidas com base no orçamento anual. Conseqüentemente, durante o exercício a Administração reconheceu uma despesa a título de bonificações em "Salários e encargos sociais", no valor de R\$ 40.905 em 2012 (2011 - R\$ 74.516).

34. Resultado financeiro

	2012	Controladora 2011	2012	Consolidado 2011
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre aplicações financeiras	20.704	27.597	135.548	174.194
Ganhos cambiais	15	640	2.115.855	2.709.540
Receita Financeira - Depósitos Judiciais	-	-	9.499	-
Outras	1.949	3.117	20.463	57.928
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>22.668</b>	<b>31.354</b>	<b>2.281.365</b>	<b>2.941.572</b>
Despesas financeiras				
Perdas cambiais	-	(91)	(2.670.031)	(3.610.383)
Despesas de juros (i)	(5.812)	(39.828)	(415.390)	(481.872)
Outras	(2.539)	(6.105)	(150.457)	(43.515)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(8.351)</b>	<b>(46.024)</b>	<b>(3.235.878)</b>	<b>(4.135.770)</b>
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa				
Ganho	-	-	18.506	-
Perda	-	-	(7.911)	(6.584)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.595</b>	<b>(6.584)</b>
<b>Resultado financeiro líquido em 31 de dezembro</b>	<b>14.317</b>	<b>(14.670)</b>	<b>(936.798)</b>	<b>(1.200.782)</b>

(i) A taxa média mensal de capitalização de juros em 31 de dezembro de 2012 foi de 0,06% (2011 - 0,36%). A variação cambial sobre o rendimento mercantil financeiro reconhecida no resultado no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou uma despesa líquida de R\$ 443.261 (2011 - despesa líquida - R\$ 579.795) e a despesa de juros referente a esse arrendamento reconhecida no resultado no mesmo exercício totalizou R\$ 112.358 (2011 - R\$ 100.616).

35. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

	2012	2011
Valor contábil imobilizado	501.264	19.267
Ganhos na alienação de imobilizado	(501.849)	(10.108)
Recursos obtidos (utilizados) na alienação de imobilizado	(584)	9.159

Transações não monetárias As principais transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa foram:

	2012	2011
Aquisições de aeronaves através de arrendamento financeiro	124.430	705.586
Financiamentos captados para pagamentos direto a fornecedores	57.493	128.808
Aquisições de imobilizado adquirido através de financiamentos	44.460	33.726
Aquisição de outros ativos imobilizados	2.463	-
Financiamento pré-pagamento de aeronaves	161.084	94.379

36. Compromissos e contingências

(a) Compromissos por arrendamentos operacionais A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2012, a TAM possui 68 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2011 - 72 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 108 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da LIBOR. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 567.326 (2011 - R\$ 417.964), respectivamente, equivalentes a aproximadamente US\$ 277.625 (2011 - US\$ 222.819).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia. Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 2.023 (2011 - R\$ 3.243).

	2012	2011
Em moeda estrangeira - US\$ (*)		
Aeronaves	2023	1.365.811
Motores	2021	17.337
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>1.383.148</b>	<b>1.320.378</b>

(\*) Arrendamento mercantil operacional são denominados em dólares americanos